



Orientações AUDIN

"A gestão deverá implementar no âmbito do IFAM, cursos de Formação Inicial e Continuada e de programas de reconhecimento de saberes e competências profissionais para fins de certificação e acreditação profissional, em pelo menos, uma área ou eixo tecnológico".

CLÁUSULA SEGUNDA (Das Metas e Compromissos),
Item 8 - do Acordo de Metas firmado entre o
MEC e os IFE'S em junho de 2010.

Orientações AUDIN

"A Gestão deverá manter o compromisso da oferta de curso de PROEJA (técnico e FIC) na perspectiva de promover a inclusão e atender a demanda regional, conforme o disposto no Art. 1º do Decreto de nº 5.840, de 13 de julho de 2006".

CLÁUSULA SEGUNDA (Das Metas e Compromissos), Item 4 -
do Acordo de Metas firmado entre o MEC e os IFE'S em junho de 2010.
Art. 8º da Lei nº 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008.
Art. 1º do Decreto de nº 5.840, de 13 de julho de 2006.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
AMAZONAS

www.ifam.edu.br



**MINUTA DE REGULAMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE RECONHECIMENTO E
CERTIFICAÇÃO DE SABERES PROFISSIONAIS DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ –
IFAM**

CAPÍTULO I

**DA NATUREZA, LEGALIDADE E PRINCÍPIOS DO PROGRAMA DE RECONHECIMENTO E
CERTIFICAÇÃO DE SABERES PROFISSIONAIS**

Art. 1º O Programa de Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais constitui-se no reconhecimento formal de saberes requeridos para o exercício de atividades laborais, obtidos a partir de experiência de vida e trabalho, desenvolvidos em programas educacionais ou de qualificação social e profissional, sistematizados ou não, com o objetivo de promover o acesso, a permanência e a progressão no mundo do trabalho, bem como o prosseguimento de estudos.

Art. 2º O Programa de Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais será norteado pelas seguintes bases legais:

I – Regulamentação da certificação profissional e das normas para execução do processo de avaliação, do reconhecimento e da certificação de estudos, constantes da LDB e Lei dos Institutos Federais;

II – Regulamentação da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Rede CERTIFIC; e

III – Regulamentações específicas de cada oferta educacional envolvida nos processos de certificação.

Art. 3º A Certificação de Saberes Profissionais terá como princípios gerais:

I – a **legitimidade** obtida a partir de acordos com todos os atores sociais envolvidos e o respeito a uma atitude ética.

II – a **confiabilidade** pela assunção de um processo considerado competente, idôneo e transparente pelo uso de mecanismos sociais de divulgação e socialização das informações para acesso e desenvolvimento das suas etapas verificadoras.

III – a **validade** no sentido de ser um processo reconhecido pelos setores produtivos, representações profissionais, instituições educacionais e órgãos fiscalizadores das profissões.



IV – a **credibilidade** através da aceitação dos profissionais certificados de forma útil e competente pela sociedade, a sua acessibilidade aos sistemas formais de educação e a perspectiva de educação permanente.

Art. 4º O Processo de Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais da Rede CERTIFIC institui-se em instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica, sendo também:

§ 1º um processo educativo de natureza avaliativa, formativa e certificadora que caracteriza-se como uma ação coletiva, destinada a um determinado grupo de trabalhadores previamente identificado, distinto e independente dos processos individuais de validação de disciplinas;

§ 2º composto por dois processos, sendo o primeiro de avaliação e reconhecimento de saberes profissionais do trabalhador, e o segundo, de complementação de formação;

§ 3º no âmbito do Instituto Federal do Amazonas – IFAM, vinculado à Pró-Reitoria de Ensino – PROEN.

CAPÍTULO II

DO PÚBLICO ALVO E DA OFERTA DO PROGRAMA DE RECONHECIMENTO E CERTIFICAÇÃO DE SABERES PROFISSIONAIS

Art. 5º O Programa de Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais será destinado, prioritariamente, a trabalhadores jovens e adultos, maiores de 18 anos, inseridos ou não no mundo do trabalho, que buscam o reconhecimento e a certificação de saberes, independentemente do nível de escolarização, e que atuem ou tenham atuado na área profissional na qual desejam certificação.

§ 1º A comprovação de escolaridade não é requisito de ingresso nos programas de certificação, embora seja requisito para a emissão do certificado correspondente.

§ 2º A comprovação de experiência profissional não é requisito de ingresso nos programas de certificação.



§ 3º A exigência de escolaridade mínima aplica-se aos processos de reconhecimento de saberes profissionais no nível da qualificação profissional nos casos em que a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO determinar.

Art. 6º Os perfis de Certificação Profissional serão construídos com base nos Catálogos de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica ou equivalentes e na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

Art. 7º A oferta do Programa de Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais no IFAM terá por objetivos:

I – identificar habilidades e aptidões profissionais, avaliar e validar formalmente os conhecimentos e saberes desenvolvidos em programas educacionais ou na experiência de trabalho, objetivando a promoção do acesso, da permanência e da progressão nos estudos e no mundo do trabalho;

II – promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, visando ao desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental;

III – integrar a qualificação para o trabalho e a escolarização, por meio de estratégias, visando à inclusão e à equidade social; e

IV – promover uma Educação Profissional pautada na inclusão social, na cooperação, na integração, no desenvolvimento sociocultural e na inovação tecnológica.

Art. 8º. A oferta tratada no *caput* do artigo anterior será orientada para a integração das ações de reconhecimento de saberes profissionais e de elevação de escolaridade, no âmbito da Reitoria e dos *campi*, nos termos da Regulamentação Educação de Jovens e Adultos – EJA do IFAM.

Parágrafo único. A integração referida realizar-se-á por meio das Coordenações do PROEJA e da Certificação Profissional – PROEN, em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, além dos Centros de Certificação Profissional nos *campi*.

Art. 9º. O Programa de Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais poderá ocorrer institucionalmente ou em programas interinstitucionais, por meio de parcerias com empresas, sindicatos ou associações e ainda quaisquer organizações da sociedade civil que não visem lucro pecuniário, estabelecidas por convênios e acordos de cooperação técnica, de acordo com a Rede CERTIFIC – Programas CERTIFIC.



Art. 10. O Programa de Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais será ofertado pelos *campi*, os quais serão denominados Unidades Certificadoras.

Art. 11. As Unidades Certificadoras deverão submeter o Projeto Pedagógico de Certificação Profissional – PPCP aos Conselhos Educacionais dos *campi*, para seu posterior envio, pelos Diretores Gerais, à Coordenação responsável pelo Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais, na Pró-Reitoria de Ensino.

Parágrafo único. A Coordenação responsável pelo Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais encaminhará o PPCP à Comissão de Avaliação dos Cursos ou equivalente da PROEN, para parecer e posterior envio ao CONSEPE e CONSUP, no caso de oferta de nível técnico, para sua aprovação.

Art. 12. O PPCP obedecerá às orientações dispostas no Documento Orientador de Criação de Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA DO PROGRAMA DE RECONHECIMENTO E CERTIFICAÇÃO DE SABERES PROFISSIONAIS

Art. 13. Para a implantação do Programa de Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais no IFAM, será obrigatória a constituição dos seguintes critérios:

I – a criação do Centro de Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais em cada *campus*, que deverá ser formado por equipe de profissionais das áreas afins, pedagogo/TAE, psicólogo, assistente social, responsáveis pela organização, execução e acompanhamento do processo de Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais;

II – a criação de um Núcleo Integrador de Estudo e Pesquisa para cada Centro de Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais, composto pelos membros do Centro de Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais dos *campi*, representantes de indústrias / empresas locais das respectivas áreas de certificação e entidades representativas dos trabalhadores;

III – a elaboração e a aprovação da regulamentação de autorização de funcionamento do Programa de Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais no IFAM;



IV – a elaboração e a aprovação do PPCP, contemplando os cursos envolvidos no respectivo processo;

VI – o desenvolvimento de ações de sensibilização e comunicação junto à comunidade acadêmica, comunidade local, às empresas, os sindicatos e às associações, por meio de encontros, seminários, promovendo a divulgação para o público que será diretamente beneficiado pelas ações da certificação profissional; e

VII – a formação continuada dos profissionais atuantes:

- a) na elaboração dos PPCP's;
- b) no processo de reconhecimento de saberes de trabalhadores; e
- c) no desenvolvimento de estudos e pesquisas dos Centros de Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais.

Art. 14. O Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais está vinculado às ofertas de Educação Profissional e Tecnológica existentes na Unidade Certificadora e poderá ocorrer nos seguintes níveis:

I – Certificação de qualificação profissional: correspondente a curso de formação inicial e continuada – FIC ou qualificação profissional, constante do Catálogo Nacional de Cursos de Qualificação Profissional, ou equivalente, mantido pelo MEC; e

II – Certificação técnica: correspondente a curso técnico de nível médio constante do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, mantido pelo MEC, para possuidores de certificado de conclusão do Ensino Médio.

Art. 15. O Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais poderá ser ofertado de forma articulada ao currículo de um curso.

§ 1º Compreende-se como forma articulada aquela que está incorporada ao currículo de um curso, constituindo o PPCP e/ou Plano de Curso – PC um único projeto, respeitados os itens básicos de cada um.

§ 2º Os saberes reconhecidos no CERTIFIC na sua forma articulada dispensarão o trabalhador participante de cursar os Componentes Curriculares correspondentes.

Art. 16. Na forma articulada o trabalhador somente terá direito ao Certificado ou Diploma do curso se tiver concluído a escolaridade mínima exigida para o exercício da profissão, conforme a LDB e a CBO.



Parágrafo único. Se o processo de reconhecimento de saberes for equivalente ao curso técnico, e caso a CBO se omita em relação à exigência de escolaridade, o discente terá direito ao atestado, ou certificado de qualificação profissional, conforme detalhado no Projeto Pedagógico de Certificação Profissional (PPCP).

Art.17. O Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais, no âmbito do IFAM, ocorrerá nos seguintes níveis e modalidades, considerando os respectivos requisitos:

I – Formação Inicial e Continuada (qualificação profissional) subsequente ao Ensino Fundamental, para trabalhadores portadores de Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental e que tenham experiência profissional relacionada ao curso, devidamente comprovada de, no mínimo, 200 horas, em período não anterior a 2 (dois) anos;

II – Formação Inicial e Continuada (qualificação profissional) subsequente ao Ensino Médio, para trabalhadores portadores de Certificado de Conclusão do Ensino Médio e que tenham experiência profissional relacionada ao curso, devidamente comprovada de, no mínimo, 200 horas, em período não anterior a 2 (dois) anos; e

III – Curso Técnico na Forma Subsequente, para trabalhadores possuidores de Certificado de Conclusão do Ensino Médio e que tenham experiência profissional relacionada ao curso, devidamente comprovada de, no mínimo, 400 horas, em período não anterior a 2 (dois) anos.

Art. 18. Cada Programa de Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais será composto por dois processos:

I – da Certificação Profissional que contempla o reconhecimento de saberes, habilidades e aptidões profissionais; e

II – da Qualificação Profissional, desenvolvida por meio de curso e preferencialmente associada à elevação de escolaridade.

CAPÍTULO IV

ETAPAS DO PROCESSO DE RECONHECIMENTO E CERTIFICAÇÃO DE SABERES PROFISSIONAIS



Art. 19. O IFAM, por meio da Pró-Reitoria de Ensino - PROEN e da Pró-Reitoria de Extensão - PROEX, publicará semestralmente, edital para os processos de Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais, atendendo aos níveis e modalidades previstos no Art. 17 e contendo as seguintes etapas:

I – A **Inscrição** que implicará na manifestação de interesse pelo trabalhador jovem ou adulto em receber o reconhecimento de seus saberes socioprofissionais para fins de certificação;

II – A **Palestra de Orientação** que incidirá na apresentação detalhada das etapas do processo de reconhecimento de saberes para fins de Certificação Profissional e, caso seja pertinente, no ingresso em curso FIC, PROEJA FIC Fundamental ou PROEJA Técnico correspondente;

III – A **Matrícula** que consistirá na homologação da inscrição, mediante conferência e aprovação de documentação apresentada no ato da inscrição;

IV – A **Entrevista** que será realizada por meio de diálogo individual que permitirá a construção do histórico profissional e socioeconômico do trabalhador candidato à Certificação Profissional, devendo ser realizada por especialista na área profissional e membros da equipe multiprofissional, sendo pedagogo, psicólogo e assistente, com preenchimento de:

- a) **Questionário profissional;**
- b) **Questionário socioeconômico**, cujos dados deverão ser validados a partir da entrevista e/ou outros meios definidos pela equipe, previstos em Edital; e
- c) **Memorial Descritivo de Saberes Socioprofissionais**, que servirá como instrumento indicador da continuidade do processo de reconhecimento de saberes ou ingresso nos Cursos PROEJA FIC Fundamental ou PROEJA Técnico, dentro do limite de vagas ofertadas.

V – O **Reconhecimento de Saberes** que consistirá no processo de avaliação dos saberes, o qual deverá compor as subetapas a seguir:

a) **Dinâmica de grupo** (por perfil profissional) que incidirá na implementação de atividades integradoras, propiciando o compartilhamento de experiências e a discussão do perfil profissional a ser buscado pelos trabalhadores participantes do Processo de Certificação Profissional;

b) **Seminário de preparação para a certificação** que se consubstanciará na realização de palestra, com vistas à estimulação da reflexão, por parte do



trabalhador, sobre a importância da formação profissional no mundo do trabalho e seu papel nesse contexto, legislação trabalhista e economia solidária; e

c) **Avaliação do desempenho profissional** que implicará na realização de atividades teórico-práticas, incidindo na verificação de saberes socioprofissionais.

Parágrafo único. O trabalhador receberá seu Memorial Descritivo ao final do processo após ter participado de todas as etapas do Reconhecimento de Saberes.

VI – **CERTIFICAÇÃO** consistirá na emissão do:

a) **Atestado de Reconhecimento de Saberes Profissionais**, comprovando a plenitude dos saberes do trabalhador, relacionados a sua experiência profissional, independentemente da escolaridade;

b) **Certificado ou Diploma Profissional**, comprovando a plenitude dos saberes do trabalhador, relacionados a sua experiência profissional, porém, vinculado ao requisito mínimo de escolaridade exigida.

CAPÍTULO V

DOS DOCUMENTOS EMITIDOS E DA COMPLEMENTAÇÃO

Art. 20. Os documentos emitidos ao final do processo de reconhecimento e certificação de saberes profissionais serão:

I – Memorial Descritivo, constituído do histórico qualitativo de todas as etapas do processo, desde a realização da entrevista até aos resultados das avaliações teórico-práticas;

II – Atestado, referente aos saberes, conhecimentos e competências demonstrados, relacionados à experiência profissional, independente de escolaridade;

III – Certificado ou Diploma, referente ao reconhecimento de todos os saberes avaliados, relacionados à experiência profissional e vinculado ao requisito mínimo de escolaridade exigida.

Parágrafo único. Os Certificados ou Diplomas terão validade nacional equivalente aos dos cursos de referência e darão ao trabalhador o poder de usufruir dos direitos profissionais, inclusive os definidos pelos órgãos reguladores do exercício profissional e associações de classe, quando for o caso.



Art. 21. Os trabalhadores participantes do CERTIFIC não articulado ao currículo de um curso, e que não tiverem os seus saberes, conhecimentos e competências totalmente reconhecidos deverão ser encaminhados para a complementação da sua formação.

Art. 22. Caso o trabalhador não possua a escolaridade mínima, terá prioridade para ingressar no Curso PROEJA FIC Fundamental ou PROEJA Técnico que esteja no contexto de seu itinerário formativo para a elevação de escolaridade.

Art. 23. Os participantes do CERTIFIC que necessitarem de complementação poderão realizá-la:

I – Em Cursos de Qualificação Profissional ou FIC, especialmente ofertados aos candidatos matriculados no processo, mas que poderão ser abertos à comunidade caracterizados por Componente Curriculares descritos no PPCP;

II – Em cursos de Qualificação Profissional ou FIC já ofertados pela instituição;

III – Em componentes curriculares de cursos técnicos e superiores.

IV – Pela realização de estudos orientados.

Parágrafo único. Os trabalhadores participantes, durante o período de complementação da sua formação, manterão a matrícula vinculada ao CERTIFIC.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 24. A oferta e a definição do número de vagas para o Processo de Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais estarão condicionadas à capacidade técnico-operacional de cada *campus* do IFAM.

Art. 25. O Processo de Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais de que trata esta Regulamentação deverá ser periodicamente avaliado pela Pró-Reitoria de Ensino, por meio da Coordenação responsável pelo Programa de Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais, criada por portaria da Reitoria.

Art. 26. Os casos omissos serão apreciados e julgados pelo Conselho Superior do IFAM, ouvidos os órgãos competentes e observada a legislação educacional em vigor.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO TÉCNICO SISTÊMICA
COORDENAÇÃO DE PROEJA E CERTIFICAÇÕES



Art. 27. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 28. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do ano acadêmico de **XXXX**.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas,
em Manaus-AM, **XX de XXXXXX de XXXX**.

Antonio Venâncio Castelo Branco
Reitor e Presidente do Conselho Superior do IFAM